

MARIADITA
JAGUARIÚNA

**REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS
URBANOS E RURAIS**

- HABITE-SE (19) 99215-4852
- INSTITUIÇÃO DE CONDOMÍNIO (19) 99184-6967
- CAR - CCIR - INCRA

Dr. Caius Godoy (Dr. da Roça) agora aqui todas as semanas



Aos que ainda não me conhecem, meu nome é Caius Godoy, advogado e administrador de empresas com atuação exclusiva no agronegócio. De uma família de produtores rurais do interior de São Paulo, a querida Duartina, tento através do meu trabalho levar informações para dentro da porteira, sendo elas envolvendo o Direito, ou não. Hoje tenho escritório nas cidades de Campinas e Jaguariúna e com muito orgulho sou conhecido e chamado carinhosamente pelos meus amigos e clientes, como o Dr. da Roça. Espero que gostem da minha coluna semanalmente falando sobre o mundo agro e agradeço pela oportunidade do Grupo O Regional de comunicação.

E como sempre finalizo, tchaaau obrigado!!

HOLDING E MENOR CARGA TRIBUTÁRIA: UMA ESTRATÉGIA INTELIGENTE DE PLANEJAMENTO PATRIMONIAL E EMPRESARIAL

A constituição de uma holding é uma das estratégias mais eficazes e seguras para a gestão, proteção e sucessão de bens. Além dessas vantagens, um dos maiores atrativos está na possibilidade de redução da carga tributária, desde que a estrutura seja corretamente planejada, em conformidade com a legislação vigente.

O Que é uma Holding?

A holding é uma empresa cuja principal finalidade é controlar participações em outras empresas ou bens. Ela pode ser utilizada para centralizar imóveis, aplicações financeiras, participações societárias ou mesmo gerir um grupo empresarial. Sua estrutura permite uma visão unificada e organizada do patrimônio, facilitando a administração e a sucessão.

Benefício Tributário: Como Funciona?
A redução da carga tributária se dá de diferentes formas, a depender do tipo de holding e da composição de suas receitas. Vejamos os principais mecanismos:

Tributação sobre Aluguel de Imóveis:
Lucro Presumido vs. Pessoa Física.

Quando um imóvel de propriedade de uma pessoa física é alugado, a tributação pode chegar a 27,5% sobre os rendimentos, de acordo com a tabela progressiva do Imposto de Renda.

Por outro lado, se esse mesmo imóvel for integralizado a uma holding patrimonial optante pelo lucro presumido, a tributação sobre os aluguéis pode cair para cerca de 11,33% a 14,53%, considerando IRPJ, CSLL, PIS e Cofins. Ou seja, trata-se de uma economia tributária considerável e absolutamente legal. Distribuição de Lucros Isenta de IR.

Outra grande vantagem está na distribuição de lucros aos sócios, que, atualmente, é isenta de Imposto de Renda quando feita com base em lucros apurados de acordo com a contabilidade regular da empresa. Isso significa que a holding pode centralizar receitas, fazer a gestão dos tributos de forma mais eficiente

e, ao final, distribuir lucros de maneira legal e sem nova incidência tributária, o que não ocorre na mesma medida na pessoa física.

Ganho de Capital na Venda de Bens.
A venda de imóveis por pessoas físicas gera ganho de capital com tributação de até 22,5%. Já uma holding pode se beneficiar de mecanismos de reorganização societária e planejamento tributário, reduzindo ou postergando a carga sobre esse ganho, especialmente se houver reinvestimento ou operações entre empresas do mesmo grupo.

Sucessão e Doação com Economia Tributária.
Em vez de transferir bens diretamente aos herdeiros, o uso da holding permite a doação de quotas com reserva de usufruto, sujeita ao ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação), mas com base de cálculo inferior à do valor venal dos bens, em alguns estados. Além disso, evita-se o inventário judicial, que é custoso e demorado.

A redução da carga tributária por meio de holdings não se trata de evasão fiscal, mas sim de elisão tributária lícita e planejada. Quando conduzida com respaldo jurídico e contábil qualificado, a holding se revela como um instrumento poderoso de economia, segurança e continuidade patrimonial.

Dessa forma, famílias empresárias, investidores e empresários que buscam eficiência fiscal devem considerar seriamente a constituição de uma holding como parte do seu planejamento estratégico. O retorno pode ser significativo, tanto em economia de tributos quanto em tranquilidade sucessória.

Dr. Caius Godoy, Advogado Especialista em Holdings Familiares. Presidente da Comissão de Cultura, Mídia e Entretenimento da OAB Jaguariúna.
e-mail: caius.godoy@adv.oabsp.org.br

E-book premiado mostra potencial de serviços de polinização no estado de São Paulo

Com o objetivo de abordar o valor do serviço de polinização para a biodiversidade e para a agricultura, a Série Biota Síntese, projeto sediado no Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), lançou o livro Potencial do Serviço Ecosistêmico de Polinização no Estado de São Paulo.

A obra tem autoria de pesquisadores da USP, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de SP (Semil) e da Embrapa Meio Ambiente. Disponível para download gratuito no Portal de Livros Abertos da USP neste link, o trabalho foi o vencedor da 7ª Edição do Prêmio MapBiomias, que ocorreu no último dia 7 de julho e destacou soluções inovadoras para a conservação, manejo sustentável e combate às mudanças climáticas.

A publicação explica como a polinização é altamente relevante para as atividades agrícolas, e tem valor estimado entre US\$ 235 bilhões e US\$ 577 bilhões em nível global. No Brasil, calcula-se que a polinização é responsável por cerca de R\$ 43 bilhões do valor da produção agrícola anual, e de R\$ 5 bilhões para a produção anual paulista, segundo o Relatório Temático sobre Polinização, Polinizadores e Produção de Alimentos, como informam os autores na apresentação da obra.

Apesar da sua importância econômica, do amplo conhecimento técnico-científico disponível sobre os fatores que influenciam a polinização e seus benefícios para a produção agrícola, e de ser, entre os Serviços Ecosistêmicos (SE), um dos mais estudados, esse conhecimento ainda se reflete pouco em políticas públicas ou em mudanças efetivas no setor produtivo.

“Apesar de ser avaliada como altamente relevante para as atividades agrícolas, a maioria das abordagens de valoração desse serviço considera poucas dimensões de sua complexidade, baseando-se apenas na estimativa do nível de dependência dos polinizadores de cada cultura, multiplicada pelo valor da produção agrícola”, destacam os autores.

O objetivo deste documento, segundo eles, é apresentar um modelo de provisão potencial de polinização considerando a localização de cultivos e áreas de vegetação nativa, baseado na conexão entre oferta, fluxo e demanda, bem como valorar esse serviço para a produção agrícola do Estado de São Paulo. Eles destacam que esse modelo foi elaborado e aplicado para todo o Estado de São Paulo, de forma a possibilitar a identificação de possíveis aderências e desafios para sua incorporação e utilização em políticas públicas paulistas.

Capa e páginas do livro que tem download gratuito. Foto: Portal de Livros Abertos da USP

Desafios
Um desafio fundamental para a conservação e o aproveitamento desse serviço na gestão pública

é a complexidade dos processos que afetam a polinização. A publicação elenca vários aspectos: identificar qual a dependência da polinização para cada variedade; quais fatores devem ser considerados para a avaliação da efetiva provisão desse serviço; como incorporá-los em instrumentos de políticas públicas relacionadas à produção agrícola e à conservação; e como valorar esse serviço considerando contextos locais.

Para os autores, a maioria das abordagens de valoração desse serviço considera poucas dimensões de sua complexidade, baseando-se apenas na estimativa do nível de dependência dos polinizadores de cada cultura, multiplicada pelo valor da produção agrícola. “Esse método fornece alguma informação sobre a importância monetária da polinização, mas a estimativa de provisão do serviço de polinização assume igualdade de condições em toda a área destinada à produção agrícola. Além disso, complementam, são ignorados aspectos cruciais para estimar localmente a provisão do serviço, como o papel da estrutura espacial das paisagens rurais, o contexto ambiental em que os cultivos estão inseridos e a diversidade de polinizadores.

Eles destacam que quanto maior a diversidade de polinizadores silvestres, maior a produtividade agrícola em razão da polinização, e que essa diversidade, por sua vez, é proporcional à quantidade de vegetação nativa e variedade de ambientes presentes na paisagem onde as áreas agrícolas estão inseridas.

“Dentre as regiões com demanda de polinização, observa-se que há grande heterogeneidade na provisão desse serviço, com destaque para a região sul do Estado, no Médio Paranapanema. Nessa região, há campos extensos com o monocultivo da soja, intercalados com o cultivo da cana-de-açúcar, sem a preservação da vegetação nativa na rede de drenagem (Áreas de Preservação Permanente). Como consequência, as paisagens são homogêneas, com poucos fragmentos de vegetação nativa isolados entre si, que sozinhas apresentam relativamente baixa capacidade de oferta de serviço de polinização”, exemplificam.

Série Biota Síntese
O foco da série é a coprodução, de forma colaborativa e transdisciplinar, de soluções baseadas na natureza. Essas soluções englobam um amplo espectro de ações, da conservação ao uso sustentável e à restauração, que se utilizam de processos ou serviços ecosistêmicos para enfrentar desafios sociais, gerando benefícios tanto para a sociedade quanto para a biodiversidade.

Os outros livros da série são:
Contribuições ao plano de ação climática do Estado de São Paulo
Restauração de ecossistemas: financiamento por meio de Blend Finance e Fundos de Biodiversidade

Análise de mapeamento de biomassa e carbono no Estado de São Paulo

Pagamentos por serviços ambientais: teoria e prática: a experiência do estado de São Paulo

Crédito rural do Governo de SP ajuda sucessão familiar e crescimento no campo

Muito mais que liberação de recursos para o produtor rural, as linhas de financiamento da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo (SAA), por meio do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap), contribuem para que os pequenos agricultores possam crescer e prosperar principalmente nas atividades de sucessão familiar.

É o caso dos alimentos produzidos do Sítio Cachoeirinha, localizado em Macatuba, para as escolas, mercados e quitandas da região. Vinícius Moretto, que está exatamente na 3ª geração, continua com as atividades do campo, junto com seu pai, Valdeci Moretto. O produtor utilizou o crédito do FEAP para expandir ainda mais o cultivo agrícola em área protegida e faz parte dos 4.300 produtores beneficiados pelo crédito rural do governo de SP.

“Produzimos diversas variedades de hortaliças em estufas, como tomate italiano, abobrinha, pimentão e milho verde. Sendo que a nossa área de produção, que era de 2 mil m², passou para 3 mil m², com o recurso disponibilizado. Agora, a nossa perspectiva é aumentar em cerca de 30% a produção agrícola”, ressaltou Vinícius Moretto.

A linha utilizada que atendeu as necessidades da família Moretto foi a Desenvolvimento Rural Sustentável Paulista, com o valor de até R\$250 mil para o produtor rural, pessoa física. Ela visa a implantação, modernização e/ou reforma de estufas agrícolas ou ou-

tros sistemas de produção em ambiente protegido, inclusive destinados à fungicultura, podendo incluir a aquisição de equipamentos de irrigação, quando for item complementar ao projeto de agricultura em ambiente protegido.

De Macatuba, região de Bauru, para o município de Torrinha, em Campinas, Gabriel Locatelli, do Sítio São Bento, também vem da agricultura familiar e cultiva hortaliças, como alface, rúcula, couve, cheiro verde, coentro, chicória e almeirão. Com o objetivo de aumentar ainda mais a produção agrícola, de forma estratégica, o produtor rural procurou as orientações técnicas dos profissionais da Casa da Agricultura, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, para acessar a linha de crédito do Feap.

Vinícius Moretto continua com as atividades do campo, junto com seu pai, Valdeci Moretto, no Sítio Cachoeirinha, em Macatuba, interior de SP.

“Nós precisávamos de algumas melhorias e inicialmente, conseguimos três recursos para diferentes áreas: sendo uma para obter uma nova caminhonete, já que a nossa era antiga e ficava mais tempo na manutenção. Nós investimos também em um poço artesiano, o que tinha aqui no sítio era suficiente e faltava água para produzir mais. Além de uma câmara fria, que adiantamos a colheita, as verduras continuaram com a mesma qualidade e as entregas saem mais cedo do sítio”, mencionou

o produtor.

Para o secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Guilherme Piai, o Feap desempenha um papel estratégico junto às propriedades rurais do estado. “Estamos dando suporte a um produtor com um perfil de propriedade de pequeno porte, que lida com margens apertadas e dificuldade de acesso ao crédito rural pelos meios que o grande produtor tradicionalmente capta. Nesse cenário, o Feap é a alternativa para o produtor que precisa de recursos para incrementar a infraestrutura da propriedade, mecanizar os processos e aumentar a rentabilidade da lavoura sem cair no endividamento”, acrescenta.

Para que mais agricultores familiares possam ter orientações e acesso às diversas linhas do Feap, é essencial buscar a unidade da Casa da Agricultura do município ou uma unidade do Itesp. “A Cati tem sido essencial para transformar o crédito do Feap em resultados concretos no campo. Por meio da orientação técnica, ajudamos o produtor rural a acessar os recursos com segurança, focando no que realmente traz crescimento e sustentabilidade para a propriedade”, ressaltou o secretário executivo do Feap, Felipe Alves.

De acordo com o último censo agro do IBGE, cerca de 64,97% dos estabelecimentos agropecuários paulistas são de agricultura familiar, o que significa 122.555 unidades de produção. Um outro estudo

realizado pelo Banco Mundial apontou que apenas 30% das empresas familiares resistem até a terceira geração.

Sobre o Feap
O Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista/Banco do Agronegócio Familiar – Feap/Banagro é um fundo do Governo do Estado de São Paulo, vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), que tem como missão fomentar o desenvolvimento da produção agropecuária paulista, conciliando os três pilares da sustentabilidade: econômico, social e ambiental.

Com o objetivo de apoiar financeiramente agricultores, pecuaristas, pescadores artesanais e suas organizações — como associações e cooperativas — por meio de linhas de crédito rural e subvenções econômicas voltadas para programas e projetos de interesse da economia do Estado.

Desde 2023, o Feap já disponibilizou ao produtor rural mais de R\$ 290 milhões. Para ampliar o financiamento, o Governo do Estado de São Paulo modificou as regras do Feap. Agora, o limite específico de renda agropecuária foi removido, permitindo que até 100% da renda bruta anual (teto de R\$ 3 milhões) venha exclusivamente da atividade rural. Anteriormente, havia restrições que excluíam produtores rurais dedicados integralmente. Formalizada pela Deliberação CO-17 no DOE, a medida alinha o Feap às condições federais de crédito rural, mas com juros mais atrativos.

Influenza Aviária: Defesa Agropecuária realiza ações sanitárias diante do primeiro caso em criação de subsistência

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), através da Defesa Agropecuária, informa que foi constatado o primeiro caso de Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP) em uma criação de subsistência. Todas as medidas sanitárias foram tomadas pelas autoridades competentes. Não há risco à população e o consumo de carne de aves e ovos permanece seguro.

O foco positivo, confirmado na sexta-feira, dia 11 de julho pelo Laboratório Federal de Defesa Agropecuária (LFDA), envolveu duas galinhas que viviam em uma propriedade particular próxima a Parelheiros na Grande São Paulo. No sábado, 12 de julho, equipes da Defesa Agropecuária estiveram no local e realizaram a depopulação a partir de sacrifício sanitário em 10 aves restantes que conviviam com as aves positivadas. “A atuação

contou ainda com descarte apropriado das aves e desinfecção do local”, explica Paulo Blandino, médico-veterinário e gerente do Programa Estadual de Sanidade Avícola (PESA).

No entorno da propriedade não existem estabelecimentos avícolas comerciais e a Defesa Agropecuária inicia a partir desta segunda-feira, dia 14 de julho, ações de vigilância ativa a fim de detectar possíveis sinais clínicos em propriedades vizinhas em um raio de 10 km.

Mesmo tendo sido detectada em uma criação de subsistência, o foco não altera o status sanitário de São Paulo e do Brasil perante a Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA).

Ave Ornamental
Também na sexta-feira (11), foi confirmado, desta vez em Sorocaba, foco positivo de

IAAP em um peru localizado dentro de um condomínio onde convivem cerca de 200 aves. A Defesa Agropecuária esteve no local e realizou o abate sanitário das aves que haviam tido contato com a ave acometida pelo vírus.

Nesta segunda-feira (14), equipes estarão de volta ao local para dar sequência aos trabalhos de vigilância. Em ação de educação sanitária, a Secretaria Municipal de Saúde já realizou comunicação direcionada aos condôminos quanto as orientações necessárias para evitar o contato de humanos com aves suspeitas e a Defesa Agropecuária realizou orientação para que os moradores fiquem alertas para o surgimento de sinais clínicos como tremores na cabeça e no corpo, dificuldade respiratória, coriza nasal e/ou espirros, falta de resposta à tentativa de apanha, asas caídas, torção

de cabeça e pescoço; incoordenação e perda de equilíbrio e andar em círculos.

Plano de Contingência

A Secretaria de Estado da Saúde (SES) informa que acompanha, em conjunto com as secretarias de Agricultura e Abastecimento (SAA), e de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de SP (Semil), o cenário da gripe aviária no estado de São Paulo. A Pasta, por meio da Coordenadoria de Controle de Doenças (CCD), elaborou um Plano de Contingência para coordenar ações para o enfrentamento em casos de influenza aviária em humanos, além de realizar a investigação e monitoramento dos pacientes que tiveram contato com as aves contaminadas. O Estado de São Paulo não registrou, até o momento, nenhum caso da doença em humanos.